



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

## PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3142/2025

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2025.

Processo nº 0835383-31.2024.8.19.0205,  
ajuizado por **B. F. R. D. S.**

A presente ação se refere ao fornecimento de **fórmula infantil à base de aminoácidos livres** (Neocate LCP).

Para a elaboração do presente parecer técnico foi considerado o relatório médico acostado ao Num. 150477385 - Pág. 1, onde relata que o Autor, de 2 anos e 3 meses de idade (carteira de identidade – Num. 150477379 - Pág. 1), à época da consulta com 1 ano e 5 meses de idade, nasceu **premature** de 29 semanas, com diagnóstico de **alergia à proteína do leite de vaca** (doença de refluxo gastroesofágico, dermatite atópica, diarreia com muco e dificuldade de ganho de peso). O Autor apresenta dificuldade na introdução alimentar por **seletividade alimentar**, em uso de dieta de exclusão de leite de vaca e derivados. Consta a prescrição de **fórmula infantil à base de aminoácidos** – 7 medidas em 210ml de água, 6 vezes ao dia, totalizando 14 latas mensais. Foi relatado “*Paciente necessita manter a dieta citada por pelo menos 6 meses quando poderá ser avaliado teste de provocação oral*”. Foram mencionados os seguintes códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): **K52.2** – Gastroenterite e colite alérgicas ou ligadas à dieta e **K21**- Doença de refluxo gastroesofágico.

Informa-se que a **alergia à proteína do leite de vaca (APLV)** se caracteriza por uma reação imunológica em resposta a exposição à proteína do leite de vaca, que pode se dar por meio da ingestão de fórmula infantil de rotina ou através do próprio leite materno, se a mãe está consumindo leite de vaca em sua dieta. Dessa forma, quando o lactente está em aleitamento materno, primeiramente, submete-se a mãe à dieta de exclusão de leite e derivados<sup>1,2</sup>.

Ressalta-se que para os lactentes com APLV que por algum motivo não estejam sendo amamentados ou o leite materno seja insuficiente, **é recomendado o uso de fórmula infantil para necessidades dietoterápicas específicas**<sup>1,2</sup>. As fórmulas especializadas podem ser utilizadas até os 6 meses de idade como dieta substitutiva, que proporcione todos os nutrientes necessários, e em conjunto com a alimentação complementar, de 6 a 24 meses de idade<sup>2</sup>.

Cumpre informar que, **em crianças acima de 2 anos de idade**, como no caso do Autor, mediante a persistência do quadro clínico de APLV e da impossibilidade de ingestão

<sup>1</sup> Atualização em Alergia Alimentar 2025: posicionamento conjunto da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia e Sociedade Brasileira de Pediatria. *Arq Asma Alerg Imunol* – Vol. 9, Nº 1, 2025. Disponível em: <<https://asbaij.org.br/wp-content/uploads/2025/04/atualizacao-em-alergia-alimentar-2025-asbai-e-sbp.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

<sup>2</sup> Mahan, L.K. e Swift, K.M. Terapia de Nutrição Médica para Reações Adversas aos Alimentos: alergias e intolerâncias. In: MAHAN, L.K., ESCOTT-STUMP, S, RAYMOND, J.L. Krause, alimentos, nutrição e dietoterapia. 14ª ed. 2018. Rio de Janeiro: Elsevier.





GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

**de leite e derivados, o uso de fórmulas especializadas é recomendado quando há comprometimento do estado nutricional** (risco nutricional ou desnutrição).

Quanto ao **tipo de fórmula especializada**, ressalta-se que a **fórmula de aminoácidos livres (FAA)**, como a opção prescrita (Neocate LCP), é recomendada mediante critérios clínicos específicos, tais como: sintomas graves, **como alto risco de reações anafiláticas**, síndrome de má absorção grave com intenso comprometimento da condição nutricional, ou mediante a não remissão dos sintomas com a fórmula extensamente hidrolisada (FEH)<sup>1</sup>.

Nesse contexto, **quanto ao estado nutricional do Autor, não foram informados seus dados antropométricos** (peso e estatura) atuais e progressivos (dos últimos 3 a 6 meses), **impossibilitando verificar se o mesmo encontra-se em risco nutricional ou com quadro de desnutrição instalado**, e por conseguinte, **avaliação a respeito da imprescindibilidade da permanência do uso de fórmula especializada no caso do Autor**.

Segundo o Ministério da Saúde, para crianças na faixa etária atual do Autor, 2 anos e 3 meses de idade (carteira de identidade – Num. 150477379 - Pág. 1), **uma alimentação saudável deve ser composta por todos os grupos alimentares** (feijões, cereais, raízes e tubérculos, legumes e verduras, frutas, castanhas e nozes, leite e queijos, carnes e ovos). Com relação ao **grupo do leite**, é indicado o consumo de **3 porções de 200mL/dia, totalizando ao máximo 600mL/dia**, visando principalmente ao alcance das recomendações diárias de ingestão de cálcio, **podendo ser substituído por outros alimentos ricos em cálcio e bebida vegetal enriquecida com cálcio**<sup>3</sup>,

Diante do exposto, **para realização de inferência segura a respeito da imprescindibilidade da manutenção do uso de fórmula especializada no caso do Autor**, é necessária a emissão de **novo documento médico e/ou nutricional datado, com assinatura e identificação legível do profissional de saúde emissor** (nome, nº CRM e/ou CRN), **contendo as seguintes informações adicionais**:

- i. Quadro clínico atual do Autor; descrição se houve tentativa prévia de utilização de fórmulas extensamente hidrolisadas e/ou sintomas graves que justifiquem a permanência do uso da fórmula à base de aminoácidos; e se já foi realizado o teste de provocação oral (TPO);
- ii. Dados antropométricos (peso e estatura) atuais e progressivos (dos últimos 3 meses), para verificação do seu estado nutricional;
- iii. Consumo alimentar habitual do Autor (alimentos consumidos ao longo de um dia, suas respectivas quantidades em medidas caseiras ou gramas, bem como a sua aceitação); e
- iv. Caso persista a necessidade de uso de fórmula especializada:
  - a. Prescrição da fórmula necessária e as respectivas quantidades diárias (nº de medidas por volume) e mensal (nº de latas ao mês); Mediante

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: < [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2008.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf) >. Acesso em: 18 ago. 2025.





GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

prescrição de volume superior a 600ml/dia, versar detalhadamente sobre o motivo;

b. Previsão do período de uso da fórmula especializada prescrita.

Cumpre informar que **Neocate LCP possui registro** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Salienta-se que os processos licitatórios obedecem à descrição do produto e não à marca comercial, bem como à opção mais vantajosa para a administração pública, permitindo a ampla concorrência, em conformidade com a **Lei 14.133/2021**, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Quanto à **disponibilização de fórmula de aminoácidos** no âmbito do SUS, **atualiza-se que:**

- A Portaria SCITIE/MS nº 67, de 23 de novembro de 2018, tornou pública a **decisão de incorporar** as fórmulas nutricionais à base de soja, à base de proteína extensamente hidrolisada com ou sem lactose e à base de aminoácidos para crianças de 0 a 24 meses com alergia à proteína do leite de Vaca (APLV) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS<sup>4</sup>.
- O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da Alergia à Proteína do Leite de Vaca está **em elaboração**, em fase de avaliação da CONITEC, tendo sido **aprovado e encaminhado à Secretaria responsável pelo programa**<sup>5,6</sup>. Dessa forma, o PCDT **ainda não foi publicado** no Diário Oficial da União (DOU). Portanto, a **dispensação das fórmulas especializadas para APLV no âmbito do SUS ainda não está vigente**.

Por conseguinte, até o presente momento fórmulas à base de aminoácidos **não integram** nenhuma lista para dispensação pelo SUS, no âmbito do município e do Estado do Rio de Janeiro.

**É o parecer.**

**À 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.**

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02

<sup>4</sup> CONASS informa. PORTARIA SCTIE N. 67, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018. Disponível em: <<http://www.conass.org.br/conass-informa-n-229-publicada-portaria-sctie-n-67-que-torna-publica-decisao-de-incorporar-as-formulas-nutricionais-base-de-soja-base-de-proteina-extensamente-hidrolisada-com-ou-s/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

<sup>5</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de ciência, tecnologia e insumos estratégicos. Fórmulas nutricionais para crianças com alergia à proteína do leite de vaca. Brasília-DF. abr. 2022. Disponível em: <[https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/consultas/relatorios/2022/20220427\\_pcdt\\_aplv\\_cp\\_24.pdf](https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/consultas/relatorios/2022/20220427_pcdt_aplv_cp_24.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2025.

<sup>6</sup> BRASIL. PCDT em elaboração. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/pcdt-em-elaboracao-1>>. Acesso em: 18 ago. 2025.